

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROS CASSAL**

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 710, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2011.

IVO FRANCISCO FACHI, prefeito do município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º.—São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, as diretrizes orçamentárias do Município, compreendendo:

- I – as diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;
- II – a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município;
- III – as disposições relativas às despesas com pessoal;
- IV – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

Parágrafo único. Faz parte integrante desta Lei:

I – Previsão da Receita para 2011/2013, contendo:

a) Anexo da previsão da receita por categoria econômica e origem;

II – Previsão da Receita Corrente Líquida para 2011;

III – Anexo de Metas Fiscais que conterá:

- a) Metas anuais de resultado nominal, primário e dívida pública para os exercícios de 2011/2013;
- b) Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- c) Evolução do patrimônio líquido;
- d) Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de

ativos;

e) Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos;

f) Estimativa e compensação da renúncia da receita;

g) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

h) Memória e metodologia de cálculo do resultado primário;

i) Memória e metodologia de cálculo do resultado nominal;

j) Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

IV – Anexo de Riscos Fiscais;

V – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas pelo Executivo (Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF, art. 45, § único);

VI – Planejamento de despesas com pessoal - Quadro de cargos, empregos e funções com as previsões para 2011, nos termos do art. 169, § 1º da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Art. 2º. As prioridades, em termos de programas, ações e respectivas metas físicas e financeiras para os exercícios de 2011/2013, assim como os detalhamentos dos programas e ações, são aqueles previstos no anexo de metas e prioridades do Plano Plurianual de que trata a Lei nº 591/2009 e alterações posteriores.

Art. 3º. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo.

Art. 4º. Para efeitos de execução orçamentária os indicadores de desempenho, bem como as alterações nas ações relativas ao produto, a unidade de medida, destinação de recursos e a quantificação física, poderão ser alterados pelo Poder Executivo, devendo este comunicar as alterações ao Legislativo para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária prevista na Constituição da República, art. 166, § 1º, inciso II.

Art. 5º. Os códigos dos programas, ações (projetos, atividades e operações especiais) e localizadores de gasto deverão ser os mesmos utilizados no Plano Plurianual.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Da Apresentação do Orçamento

Art. 6º. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades

Expediente:
Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS

Diretoria 2010/2011

Presidente:	Vilmar Perin Zanchin – Marau
1º Vice-Presidente:	Valdir José Zasso – Alpestre
2º Vice-Presidente:	Tarcísio Zimmermann – Novo Hamburgo
3º Vice-Presidente:	Ireneu Orth – Tapera
1ª Secretária:	Gilda Maria Kirsch – Parobé
2º Secretário:	Carlos Alberto Bohn – Mato Leitão
1º Tesoureiro:	Pedro Paulo Prezzotto – Getúlio Vargas
2º Tesoureiro:	Luiz Vicente da Cunha Pires – Cachoeirinha

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

de economia mista e demais entidades em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 7º. O orçamento discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até o nível de elemento de despesa.

§ 1º. Fica autorizada a criação de desdobramentos de despesa e transferência de valores entre um mesmo elemento de despesa.

§ 2º. As vinculações orçamentárias (destinação e fonte de recursos) poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atendimento das necessidades de execução orçamentária.

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I- Tabelas explicativas da receita e da despesa do Município de forma integrada, inclusive metodologia e premissa de cálculos, nos termos do que dispõe o art. 12 da LRF e art. 22 da Lei 4.320, de 1964;

II- Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei 4.320, de 1964;

III- Descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964);

IV- Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do § 1º, do art. 2º da Lei 4.320, de 1964);

V- Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei 4.320, de 1964);

VI- Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita (LRF, art. 5º, I)

VII- Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LRF, art. 5º, I);

VIII- Demonstrativo das aplicações nas Ações e Serviços Públicos de saúde;

IX- Demonstrativo das aplicações na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Fundeb;

a. Anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais LRF, art. 5º, I, contendo:

b. Compatibilidade com o resultado primário;

c. Compatibilidade com o resultado nominal;

X- Anexo demonstrativo da receita corrente líquida (LRF, art. 12, § 3º);

XI- Anexo demonstrativo da despesa com pessoal do Executivo, do Legislativo e consolidado do Município;

XII- Anexo demonstrativo dos limites do Poder Legislativo;

XIII- Anexo demonstrativo do limite de gastos administrativos do Regime Próprio de Previdência Social (somente se o Município tiver RPPS);

XIV- Anexo demonstrativo da receita e da despesa por destinação e fonte de recursos;

§ 2º. O envio do projeto de lei, bem como os anexos orçamentários pelo Poder Executivo e o autógrafo elaborado pelo Poder Legislativo, deverão se dar, preferencialmente, em meio eletrônico.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 9º. A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o Município, destinada ao atendimento:

I- de passivos contingentes – 1%

II- eventos imprevistos:

a. 1% para eventos fiscais e/ou da natureza;

b. Cobertura de créditos adicionais – 1%, nos termos da Portaria nº 163 da Secretaria do Tesouro Nacional, art. 8º.

Art. 10. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, § 3º, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujos valores não ultrapassem os limites a que se referem os incisos I, II e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

§ 1º. Para fins de elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

§ 2º. As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação por destinação de recursos com a especificação, em separado, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 12. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2011, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências tributárias do Município arrecadadas em 2010, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Parágrafo Único. Em caso da não-elaboração do cronograma de desembolso, os duodécimos ao Legislativo se darão na forma de parcelas mensais iguais e sucessivas, respeitados, igualmente, os limites de que trata a *caput*.

Art. 13. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo até o dia 20 de cada mês.

§ 1º. As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Executivo como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo.

§ 2º. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes

ao saldo do passivo financeiro considerando-se somente as contas do Poder Legislativo, podendo, ainda, ser contabilizados como adiantamento de repasses do próximo exercício.

Art. 14. A Execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de contabilização.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 15. Os serviços de Contabilidade do Município organizarão sistema de custos que permita:

- I- Mensurar os custos diretos e indiretos dos produtos relacionados às ações, programas, funções, subfunções, unidades administrativas e órgãos de governo;
- II- A tomada de decisões gerenciais.

Art. 16. A avaliação dos programas de governo, nos termos da LRF, art. 4º, I, “e”, se dará através da internet, no sítio oficial do Município, até 31 de janeiro do exercício seguinte.

Parágrafo Único. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a sua evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o cumprimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 17. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I- Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento com recursos necessários ao término ou a obtenção de uma unidade completa;
- II- Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

Parágrafo Único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 18. O Município poderá efetuar transferências financeiras, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art. 167, VIII, a entidades da Administração Indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira, respeitados os limites orçamentários das entidades.

Art. 19. A lei orçamentária reservará recursos para a transferência financeira a consórcios públicos que fizer parte em conformidade com o respectivo contrato de rateio.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Art. 20. Somente será autorizada a transferência de recursos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a entidades privadas ou a pessoas físicas, se observadas as seguintes condições:

- I- Declaração de funcionamento regular pelo período mínimo de seis meses;
- II- Plano de aplicação dos recursos solicitados;
- III- Comprovação que a entidade não visa lucro e que os resultados são investidos para atender suas finalidades;
- IV- Comprovação de que os cargos de direção não são remunerados;
- V- Balanço e demonstrações contábeis do último exercício;
- VI- Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, a previdência social e o Fundo de Garantia.

§ 1º. Em caso de pessoa física o pedido deverá conter, exclusivamente, o plano de aplicação com a motivação do pedido, documento de identidade e CPF do solicitante.

§ 2º. Ocorrendo o deferimento por parte do Executivo este solicitará, através de projeto de lei, autorização formal ao Legislativo.

Art. 21. A transferência de recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas com a finalidade de conceder benefícios fiscais ou econômicos, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

- I- A necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município.
- II- No que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101, de 2000, estes ficam condicionados ainda a:
 - a. formalização de contrato ou congênere;
 - b. aprovação de projeto de investimentos pelo Poder Público;
 - c. acompanhamento da execução;
 - d. prestação de contas.

Parágrafo Único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LRF, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 22. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na lei orçamentária anual, observado o art. 12 da LRF.

§ 1º. Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que já exista previsão na lei que dispõe sobre o plano plurianual e no anexo de metas e prioridades desta Lei.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais:

- I- as exposições dos motivos que os justifiquem;
- II- Memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação ou superávit financeiro do exercício anterior, separando os recursos conforme sua destinação e fonte.

§ 3º. Os créditos adicionais com indicação de recursos compensatórios do Poder Legislativo, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, serão abertos, no âmbito daquele Poder.

Seção IX

Da Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 23. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º. A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.

§ 2º. Para efeitos desta Lei entende-se como:

- a) Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de elemento, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;
- b) Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;
- c) Transferência – deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 24. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Administrações Indiretas e Poder Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão de cada órgão ou entidade.

Parágrafo Único. O Poder Legislativo e o Executivo, inclusive as entidades da Administração Indireta, manterão controles sobre os valores já aproveitados da margem de expansão.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 25. Os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados, além de previsão específica nesta Lei, de impacto orçamentário e financeiro com as seguintes informações:

- I- Demonstrativo do cálculo de impacto orçamentário e financeiro que demonstre a situação orçamentária e financeira antes e depois da tomada de decisão sobre a nova despesa, para o exercício e dois seguintes;
- II- Declaração do ordenador de despesas de que existe dotação suficiente e recursos financeiros para atendimento da despesa, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas,

conforme estabelece o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III- Comprovação da não-afetação das metas fiscais para o exercício;

IV- Medidas de compensação ou comprovação do aproveitamento da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 26. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, o planejamento relativo às admissões e aumentos remuneratórios da despesa com pessoal ficam estabelecidos nos termos do anexo VI a esta Lei.

Art. 27. No exercício de 2010 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I- Situações de emergência ou calamidade pública;
- II- Situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- III- A relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível em situações momentâneas;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 28. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para 2011, podendo, até o final do exercício atual, legislação específica dispor sobre:

- I- Revisão Código Tributário Municipal;
- II- Revisão cadastramento imobiliário Municipal;
- III- Revisão Código de Obras.

CAPÍTULO VI

DAS METAS FISCAIS

Art. 29. As metas de resultado fiscal nominal e primário, fixadas nesta lei:

- I- Serão atualizadas pela lei orçamentária anual;
- II- Em sua execução admite-se variação em seu cumprimento em até 10% das metas fixadas.

Art. 30. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será efetivada, separadamente, por cada Poder do Município.

§ 1º. Constitui critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade:

- I- No Poder Executivo:
 - a. diárias;
 - b. serviço extraordinário;
 - c. convênios;
 - d. realização de obras
 - e. redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente;
- II- No Poder Legislativo
 - a. Diárias;
 - b. Realização de serviço extraordinário;

§ 2º. Em não sendo suficiente ou inviável sob o ponto de vista de administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I- das despesas com pessoal e encargos;

II- das despesas necessárias para o atendimento à saúde da população e ao atendimento do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino;

§ 3º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes a serem limitados de empenho e movimentação financeira.

§ 5º. Não ocorrendo a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, *caput* e inciso I da Lei Complementar nº 101, de 2000 e art. 74, § 1º da Constituição da República.

§ 6º Cessada a causa da limitação referida neste artigo, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados serão de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. O Poder Executivo e Legislativo manterão sistema integrado de execução, fiscalização e acompanhamento do orçamento que permita o cumprimento do art. 166, § 1º, II da Constituição da República.

Art. 32. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I- Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II- A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III- A cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;

IV- Realização de convênio com Poder Judiciário.

Art. 33. Se o projeto de lei orçamentária não for publicado até 31 de dezembro de 2010, até que este ocorra, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de despesas correntes da Administração do Poder Executivo e Legislativo, bem como das entidades da Administração Indireta, nos limites estritamente necessários para a manutenção dos serviços essenciais e que estejam contemplados nas ações de que trata esta Lei.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Barros Cassal, 30 de novembro de 2010.

IVO FRANCISCO FACHI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beno Bertilo Hammes
Código Identificador:1D580678

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS

MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS DISPENSA DE LICITAÇÃO 156/2010

Secretaria Municipal de Obras.

Aviso de Homologação de Dispensa de Licitação.

Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93.

Processo: nº 288/2010

Contratado: LS Madeiras Ltda.

CNPJ: 01.017.499/0001-25

Valor: R\$ 1.709,91

Prazo de Entrega: Imediata.

Forma de Pagamento: 30 dias após entrega da Nota Fiscal.

Objeto: Aquisição de materiais para construção de abrigo de passageiros na localidade da Enxovia.

Homologação: 18/11/2010.

Publicado por:
Eduardo Vieira de Souza
Código Identificador:EC5A99C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATINI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS CARTA CONVITE Nº 045/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI - RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações e a Lei complementar nº 123/2006, torna público que às **11:00 horas, do dia 10/12/2010** em Piratini - RS, na Rua Comendador Freitas, 255, reunir-se-á a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber e selecionar propostas, para a **contratação de empresa para prestação de serviços, objetivando a realização de CONCURSO PÚBLICO**. Maiores informações serão prestadas pelo fone: (53) 3257-1200 ramal 216, www.prefeiturapiratini.rs.gov.br ou licitacao@prefeiturapiratini.rs.gov.br

Piratini, 01 de dezembro de 2010.

JEAN SOARES MENDES

Presidente da Comissão Julgamento de Licitações

Publicado por:
Jean Soares Mendes
Código Identificador:491947D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

Nº. CONTRATO: 259/2010 **MODALIDADE:** Pregão Presencial 024/2010

CONTRATADA: Daí Prá Soluções Ambientais de Limpeza & Transporte Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de horas operadas de motoniveladora.

VALOR: R\$ 57.000,00 **PRAZO:** Até 15 de dezembro de 2010.

Publicado por:
Edna Muniz dos Santos
Código Identificador:A1010978

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

Nº. CONTRATO: 260/2010 **MODALIDADE:** Pregão Presencial 024/2010

CONTRATADA: J.L. de Moraes Transportes ME.

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de horas operadas de retroescavadeira e aquisição de saibro.

VALOR: R\$ 41.700,00 **PRAZO:** Até 15 de dezembro de 2010.

Publicado por:
Edna Muniz dos Santos
Código Identificador:3C6F44DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO LEI Nº 1.966, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

“AUTORIZA o Poder Executivo a efetuar a abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação”.

JOELCI DA ROSA JACOBS, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e processo nº 3988/2010,

FAZ saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de **Crédito suplementar** por **excesso de arrecadação**, no orçamento corrente, no valor de R\$ 748.509,77 (setecentos e quarenta e oito mil e quinhentos e nove reais e setenta e sete centavos).

Parágrafo único – A referida suplementação servirá para cobrir despesas com encargos, recursos vinculados e despesas diversas, como: água, luz, telefone, combustível, manutenção de veículos, aquisição de equipamento e imóveis.

(RECURSO LIVRE)

04-Secretaria da Fazenda
2004-Administração Secretaria da Fazenda
33903000-Material de Consumo
(53).....R\$ 400,00

06-Secretaria da Agricultura
2015-Cons.Manut.Frotas Veículos, Maq. Impl.
33903000-Material de Consumo
(167).....R\$ 4.900,00

08-Secretaria de Obras e Transito
2015-Cons.Manut.Frotas Veículos, Maq. Impl.

33903000-Material de Consumo
(267).....R\$ 3.052,00

2062-Manut. Estradas Municipais
44905100-Obras e Instalações
(1139).....R\$ 28.707,50

09-Secret. Assistencia Social Trab.Cid.
02-FMAS
2099-Administração Sec.Assist.Social
33903600-Outros Serviços Terceiros P.Física
(301).....R\$ 1.950,00
33903900-Outros Serviços Terceiros P.Jurídica
(302).....R\$ 6.000,00

(MDE)

05-Secretaria da Educação
03-MDE
2180-Desenvolvimento Ensino Fundamental
33903900-Outros Serviços terceiros P.Jurídica
(110).....R\$ 39.000,00

(FUNDEB)

05-Secretaria da Educação
02-FUNDEB
2044-Manut e Conservação Prédios Escolares
33903900-Outros Serviços Terceiros P.Jurídica
(84).....R\$ 13.800,00

2056-Encargos da Previdência Social
3191130301-Contrib.Patronais p/RPPS-At.Civil
(81).....R\$ 51.800,00

05-Secretaria da Educação
05-Gastos com Ensino Infantil
2047-Manut. Escola Educação Infantil
33903900-Outros Serviços Terceiros P.Jurídica
(129).....R\$ 6.900,00

2056-Encargos da Previdência Social
3191130301-Contrib.Patronais p/RPPS-At.Civil
(124).....R\$ 8.905,00

2188-Aquisição de Imóveis
44906100-Aquisição de Imóveis
(1265).....R\$ 120.000,00

(Salário Educação Federal)

05-Secretaria da Educação
06-Gastos Não Computáveis na MDE
1034-Aquisição de Equipamentos para as Escolas
44905200-Equipamento Mat. Permanente
(136).....R\$ 35.000,00

2043-Valorização e Aperfeiçoamento Magistério
33903000-Material de Consumo
(138).....R\$ 25.000,00

(TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO)

05-Secretaria da Educação
06-Gastos Não Computáveis na MDE
1027-Aquis. e Manut. Transporte Escolar
33903000-Material de Consumo
(146).....R\$ 30.000,00

(ASPS)

07-Secretaria da Saúde

04-Fundo Munic. Saúde (Rec.Próprio)
2013-Manut. Cons. Veículos
33903000-Material de Consumo
(194)..... R\$ 17.653,00

2089-Assistência Médica a População
33903000-Material de Consumo
(185).....R\$ 6.000,00
33710000-Transf. Cons. Públicos
(182)..... R\$ 200.000,00

2090-Manut. Serviços Assistência Médica
33903000-Material de Consumo
(196)..... R\$ 550,00
33903900-Outros Serviços Terceiros P.Jurídica
(197)..... R\$ 30.000,00

2091-Manut. Reeq. Posto de Saúde
33903900-Outros Serviços Terceiros P.Jurídica
(191)..... R\$ 21.000,00

(PIM)

07-Secretaria da Saúde
05-Fundo Munic.Saúde Rec.Vinculado
1045-Primeira Infância Melhor-PIM
31900400-Contratação por Tempo Determinado
(206)..... R\$ 7.500,00

(Epidemiologia Estado)

07-Secretaria da Saúde
05-Fundo Munic.Saúde (Rec.Vinculado)
2078-Epidemiologia e Controle Doenças
33903000-Material de Consumo
(245).....R\$ 600,00

(PAB Fixo)

07-Secretaria da Saúde
05-Fundo Munic.Saúde (Rec.Vinculado)
2077- PAB Fixo
33710000-Transferências a Consórcio Público
(232)..... R\$ 6.696,00
31900400-Contratação por Tempo Determinado (231)
..... R\$ 20.000,00
31901300-Obrigações Patronais (200)
..... R\$ 4.000,00

(Farmácia Básica Federal)

07-Secretaria da Saúde
05-Fundo Munic.Saúde (Rec.Vinculado)
2201-Fundo Nacional de Saúde
33903000-Material de Consumo
(222)..... R\$ 13.000,00

(Teto Financeiro)

07-Secretaria da Saúde
05-Fundo Munic.Saúde (Rec.Vinculado)
2078-Epidemiologia e Controle Doenças
33903000-Material de Consumo
(248)..... R\$ 1.000,00

(Campanha de Vacinação)

07-Secretaria da Saúde
05-Fundo Munic.Saúde (Rec.Vinculado)
2095-Campanha de Vacinas
33903000-Material de Consumo
(221)..... R\$ 1.000,00

(SIA/SUS)

07-Secretaria da Saúde
05-Fundo Munic.Saúde (Rec.Vinculado)
2092-SIA SUS
33903900-Outros Serviços Terceiros P.Jurídica
(241)..... R\$ 20.000,00

(CIDE)

08-Secretaria de Obras e Transito
01-Órgãos Subordinados
2064-Abert.Ampl.Melh.Pav.Constr.Vias Públicas
33903000-Material de Consumo
(272)..... R\$ 7.600,00

(FEAS)

09-Secretaria de Assistência Social Trab.Habitação e Cidadania
02-Fundo Municipal de Assistência Social
2206-OASF-Orientação e Apoio Sócio Familiar
33903000-Material de Consumo
(1075)..... R\$ 8.496,27
33903600-Outros Serviços Terceiro P.Física
(1076)..... R\$ 700,00
44905200-Equipamentos e Material Permanente
(1078)..... R\$ 1.300,00

(Bolsa Família)

09-Secretaria de Assistência Social Trab.Habitação e Cidadania
02-Fundo Municipal de Assistência Social
1041-Programa Bolsa Família
44905200-Equipamentos e Material Permanente
(317)..... R\$ 6.000,00

TOTAL Geral da suplementação com excesso de arrecadação..... R\$ 748.509,77

(Setecentos e Quarenta e Oito Mil e Quinhentos e Nove Reais e Setenta e Sete Centavos)

Art. 2º. Servirão de cobertura para o crédito suplementar aberto no artigo anterior, o excesso de arrecadação do corrente exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA.

JOELCI DA ROSA JACOBS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique –se

RITA DE CÁSSIA DA COSTA BASEI

Secretária de Administração e Planejamento

Publicado por:

Ana Carla Reus Rodrigues

Código Identificador:7B067BEA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1.970, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

“Autoriza a cedência de um servidor do Poder Legislativo para o Poder Executivo Municipal”.

JOELCI DA ROSA JACOBS, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º. Autoriza, com base no art. 115, inc. II, da Lei nº 855, de 10 de maio de 2000, o Poder Legislativo do Município de Terra de Areia a ceder um servidor ocupante do cargo de vigilante ao Poder Executivo Municipal, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovado por acordo das partes.

Parágrafo único. O ato de cedência será formalizado por Portaria.

Art. 2º. A remuneração do servidor e as demais verbas e contribuições devidas em decorrência do vínculo deste serão custeados pelo cessionário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA.

JOELCI DA ROSA JACOBS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

RITA DE C. DA C. BASEI
Secretário de Administração e Planejamento

Publicado por:
Ana Carla Reus Rodrigues
Código Identificador:27528523

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1.969, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

“AUTORIZA parcelamento do PASEP, e dá outras providências”.

JOELCI DA ROSA JACOBS, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, e processo nº 4150/2010;

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar parcelamento do PASEP, decorrente de diferença de contribuição referente ao período de janeiro/2006 a dezembro/2007, para pagamento em 60 (sessenta) meses.

§ 1º - O montante da dívida é de R\$ 114.999,00, que será parcelado em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 1.916,65 (hum mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos). Mensais;

§ 2º - A primeira parcela será de R\$ 1.916,65 e as demais com a correção conforme os índices estabelecidos pela Receita Federal.

Art. 2º. Para amortização da dívida será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

Despesa..... 376 Ordinária
Órgão 15 Encargos Especiais
Unidade 09 Ação Não Integrante do PPA
Função 28 Encargos Especiais
Subfunção 843 Serviços da Dívida Interna
Programa 0000 Encargos Especiais
Projeto/Atividade..... 0001 Amortização Dívida Fundada Interna
Categoria 4.6.90.71.00000000 Principal da Dívida por Contrato
Recurso 1 Recurso Livre

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA.

JOELCI DA ROSA JACOBS
Prefeito Municipal Registre-se e Publique-se

RITA DE C. DA C. BASEI
Secretária de Administração/Planejamento

Publicado por:
Ana Carla Reus Rodrigues
Código Identificador:34F6D187

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1.968, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

“Estabelece o Calendário Fiscal de IPTU, Taxa de Fiscalização e Vistoria e da Taxa por Ações e Serviços de Saúde para o exercício de 2011”.

JOELCI DA ROSA JACOBS, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e processo nº 4081/2010;

FAZ saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º. O prazo para pagamento do **I PTU/2011**, será o seguinte:

a) **COTA ÚNICA** – Vencimento até **04/02/2011**;

b) **PARCELADO:**

1ª PARCELA **04/02/2011**;
2ª PARCELA..... **04/03/2011**;
3ª PARCELA **04/04/2011**.

Parágrafo único – O contribuinte em dia com suas obrigações tributárias terá o direito, ao desconto de **20%** no pagamento integral do **IPTU/2011** até **04/02/2011**.

Art. 2º . O prazo para o pagamento da **Taxa de Fiscalização e Vistoria** será o seguinte:
COTA ÚNICA – Até **30 dias após** a vistoria:

Data de vencimento: **29/04/2011**.

Art. 3º. O prazo para pagamento da **Taxa por Ações e Serviços de Saúde** será o seguinte::

COTA ÚNICA – 29/04/2011.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA.

JOELCI DA ROSA JACOBS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

RITA DE C. DA C. BASEI

Secretário de Administração e Planejamento

Publicado por:

Ana Carla Reus Rodrigues

Código Identificador:D39E553A

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

LEI MUNICIPAL Nº 1.967, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

“AUTORIZA o Poder Executivo a efetuar abertura de dotação orçamentária”.

JOELCI DA ROSA JACOBS, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e processo nº 4034/2010,

FAZ saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Dotação Orçamentária no orçamento corrente através de **crédito especial por excesso de arrecadação**, no valor de R\$ 35.592,22 (trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos) na seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 05 – Fundo Municipal da Saúde – Recurso vinculado

FUNÇÃO: 10 – Saúde

SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica

PROGRAMA: 0009 – Edificações Públicas

PROJETO: 1050 – Construção de Unidade Básica de Saúde

CATEGORIA: 3.4.4.9.0.51.00 – Obras e Instalações

RECURSO LIVRE:

Valor..... R\$ 35.592,22.

(trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos)

Art. 2º. O referido recurso servirá para construção da Unidade Básica de Saúde Tipo 1, referente a contrapartida do total do repasse de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) a fim de ampliar e qualificar os serviços de atendimento aos usuários do SUS, conforme Termo de Compromisso nº 026/2010 SES/RS, homologado através da **Lei Municipal nº 1948**, de 29/07/2010.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA.

JOELCI DA ROSA JACOBS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

RITA DE C. DA C. BASEI

Secretária de Administração e Planejamento

Publicado por:

Ana Carla Reus Rodrigues

Código Identificador:B05FD41C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO 104-10**

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no dia **15 de Dezembro de 2010, às 16 horas**, ocorrerá pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO**, conforme **Edital de nº 205/2010**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo através do sítio www.xangrila.rs.gov.br ou do Portal www.cidadecompras.com.br.

Xangri-Lá, 01 de Dezembro de 2010.

CELSO BARBOSA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Diogo de Castro Gaspar

Código Identificador:A64A6669

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO 103-10**

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no dia **14 de dezembro de 2010, às 15 horas**, ocorrerá pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK PARA ASSESSORIA JURÍDICA**, conforme **Edital de nº 203/2010**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo através do sítio www.xangrila.rs.gov.br ou do Portal www.cidadecompras.com.br.

Xangri-Lá, 01 de dezembro de 2010.

CELSO BARBOSA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Diogo de Castro Gaspar

Código Identificador:DF51969F

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO PRESENCIAL 68-10**

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no dia **14 de Dezembro de 2010, às 14h**, ocorrerá pregão presencial para **CONFECÇÃO E MONTAGEM DE 25.000 MIL CARNÊS DE IPTU 2011**, conforme **Edital de nº 202/2010**. Maiores informações poderão ser obtidas através do sítio www.xangrila.rs.gov.br.

Xangri-Lá, 01 de Dezembro de 2010.

CELSO BARBOSA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Diogo de Castro Gaspar

Código Identificador:056EBD3C